

Luciano Araújo de Castro

A Boa-Fé Objetiva  
nos Contratos  
Administrativos  
Brasileiros

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2018

Copyright © 2018 by Luciano Araújo de Castro

Categoria: Direito Administrativo

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.

não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

1120928

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

C355b

Castro, Luciano Araújo de.

A boa-fé objetiva nos contratos administrativos brasileiros / Luciano  
Araújo de Castro. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2018.

260 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 219-240.

ISBN 978-85-519-0531-9

1. Direito administrativo. 2. Direito privado. 3. Contratos administrativos.  
4. Boa-fé (Direito). 5. Moralidade administrativa I. Título.

CDD 342.8106

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

Introdução.....	1
1. A Boa-Fé Objetiva no Direito Contratual Privado Brasileiro:	
O Campo de Incidência Amadurecido .....	15
1.1 Do Código Civil de 1916 ao Código Civil de 2002: a abertura do sistema e a consequente centralidade alcançada pela boa-fé objetiva.....	16
1.2 Princípios clássicos e novos do Direito Contratual Privado Brasileiro: o momento de hipercomplexidade .....	31
1.3 O atual estágio de desenvolvimento da boa-fé objetiva no Direito Contratual Privado Brasileiro: a previsão legislativa, o desenvolvimento doutrinário e a repercussão jurisprudencial .....	47
1.4 Síntese conclusiva do capítulo.....	69
2. A Boa-Fé Objetiva no Direito Administrativo Brasileiro:	
O Campo de Incidência em Desenvolvimento .....	73
2.1 Os fundamentos normativos para a incidência da boa-fé objetiva no Direito Administrativo Brasileiro: os princípios constitucionais da moralidade administrativa e da segurança jurídica e a Lei n. 9.784/1999 .....	76
2.2 Desdobramentos da incidência da boa-fé objetiva no Direito Administrativo Brasileiro.....	98
2.2.1 Óbices teóricos supostos à aplicabilidade da boa-fé objetiva no Direito Administrativo Brasileiro .....	99
2.2.2 Aproveitamento, pelo Direito Administrativo, dos desenvolvimentos do Direito Privado relativamente à boa-fé objetiva.....	107
2.2.3 O princípio da proteção da confiança legítima: ainda o terreno da boa-fé objetiva .....	111

2.2.4 O redimensionamento do princípio da legalidade e da discricionariedade administrativa pela boa-fé objetiva .....	117
2.3 Aplicações do princípio da boa-fé objetiva no Direito Administrativo Brasileiro pelos tribunais: a visão do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça .....	137
2.3.1 A boa-fé no Direito Administrativo Brasileiro segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal .....	138
2.3.2 A boa-fé no Direito Administrativo Brasileiro segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça .....	151
2.4 Síntese conclusiva do capítulo.....	161
3. A Boa-Fé Objetiva nos Contratos Administrativos Brasileiros: O Campo de Incidência Negligenciado .....	167
3.1 Contrato administrativo: o moribundo não morreu .....	168
3.2 A incidência da boa-fé objetiva nos contratos administrativos brasileiros: a entrada pela porta da frente e uma outra hipercomplexidade.....	182
3.3 Aplicações do princípio da boa-fé objetiva nos contratos administrativos pelos tribunais: a visão do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça .....	190
3.4.1 Responsabilidade da Administração Pública decorrente da anulação da licitação quando não há contrato assinado (responsabilidade pré-contratual).....	193
3.4.2 O direito ao reajuste ou à repactuação e a boa-fé objetiva.....	201
3.4.3 Responsabilidade da Administração Pública por prestações realizadas pelo particular depois de expirado o prazo de vigência contratual (responsabilidade pós-contratual) .....	205
3.5 Síntese conclusiva do capítulo.....	211
Conclusão .....	215
Referências .....	219